



Diário Oficial

CIDADE DE SÃO PAULO

D.O.C.; São Paulo, 65 (204), terça-feira, 27 de outubro de 2020

SECRETARIA DA CÂMARA

PRESIDÊNCIA

PORTARIA 3061/20

EXONERANDO, a pedido, RICARDO LUIZ ALVAREZ FERREIRA, registro 24554, do cargo de Assessor de Liderança, referência QPLC-5, do Gabinete de Representação Partidária do REPUBLICANOS.

PORTARIA 3062/20

NOMEANDO ROGERIO DONIZETTI CAMPOS DE OLIVEIRA, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Liderança, referência QPLC-5, do Gabinete de Representação Partidária do REPUBLICANOS.

MESA DA CÂMARA

ATO Nº 1490/20

Suspende a realização do cadastramento dos servidores inativos da Câmara Municipal de São Paulo durante a vigência do estado de calamidade pública para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no município de São Paulo.

CONSIDERANDO a declaração do estado de calamidade pública no município de São Paulo, através do Decreto nº 59.291, de 20 de março de 2020, para o enfrentamento da pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de se garantir o distanciamento social para evitar a propagação do vírus causador da doença COVID-19;

CONSIDERANDO que as pessoas idosas estão enquadradas no grupo de risco para a COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de se prevenir ou reduzir os riscos de infecção pelo novo coronavírus (COVID-19) dos servidores que trabalham na Câmara Municipal de São Paulo;

CONSIDERANDO que o Ato nº 1.301, de 23 de abril de 2015, dispõe, sob pena de suspensão do pagamento de proventos, sobre a necessidade de realização anual do cadastramento dos servidores inativos da Câmara Municipal de São Paulo, que, como regra, ocorre presencialmente nas dependências da Edilidade Paulistana;

CONSIDERANDO que o Instituto de Previdência Municipal – IPREM – editou a Portaria nº 17, de 17 de março de 2020, suspendendo o cadastramento anual e prova de vida de pensionistas durante a situação de emergência decorrente da pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Gestão do Município de São Paulo – SG – editou a Portaria nº 25, de 18 de março de 2020, suspendendo todos os atendimentos presenciais, dentre eles o relativo ao cadastramento anual de servidores inativos.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no exercício de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Fica suspensa a realização do cadastramento dos servidores inativos da Câmara Municipal de São Paulo prevista no Ato nº 1.301, de 23 de abril de 2015, durante a vigência do estado de calamidade decorrente da pandemia de COVID-19 no município de São Paulo.

§ 1º Encerrado o prazo de suspensão de que trata o “caput” deste artigo, o cadastramento dos servidores inativos deverá ser realizado no mês imediatamente subsequente ao do término da suspensão do prazo, observando-se as demais disposições do Ato nº 1.301, de 2015.

§ 2º Caso o cadastramento suspenso venha a ser realizado no ano de 2021, para este ano, excepcionalmente, não será aplicado o prazo previsto no art. 3º, do Ato nº 1.301, de 2015, devendo o cadastramento ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior.

Art. 2º Fica revogado o Ato nº 1.482, de 30 de julho de 2020. Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. São Paulo, 26 de outubro de 2020.

ATO Nº 1491/20

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 2.000.000,00, com remanejamento de recursos, de acordo com o Artigo 12 da Lei nº 17.253/2019.

CONSIDERANDO as atribuições que são conferidas à Mesa da Câmara Municipal de São Paulo por lei, na conformidade da autorização contida no artigo 12 da Lei nº 17.253/2019, de 26 de dezembro de 2019, visando possibilitar despesas inerentes às ações do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO a necessidade de suplementação da dotação de Contribuições, para atendimento a Resolução nº 04/2020, que estabelece em seu art. 2º que os valores economizados com a redução do valor dos subsídios dos Senhores Vereadores e do Auxílio Encargos Gerais de Gabinete deverão, preferencialmente, ser utilizados em ações vinculadas à Secretaria Municipal da Saúde e à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no enfrentamento ao Coronavírus no Município de São Paulo e em complemento ao Ato nº 1477 de 08 de julho de 2020, A Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, no uso de suas atribuições legais RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com o remanejamento de recursos na própria atividade, à seguinte dotação do orçamento vigente:

CÓDIGO	NOME	R\$
09.10.01.031.2024.2100	Administração da Unidade	
33.91.41.00.00	Contribuições	2.000.000,00

Art. 2º - A cobertura do crédito de que trata o art. 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, das seguintes dotações:

CÓDIGO	NOME	R\$
09.10.01.031.2024.2100	Administração da Unidade	
33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.000.000,00
33.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	1.000.000,00

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação. São Paulo, 26 de outubro de 2020.

PORTARIA 11471/20

NOMEANDO RENATA MORGAN DE PAULA, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Especial de Apoio Parlamentar, referência QPLCG-2, no 19º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 11472/20

Altera a Portaria nº 11000/20 da Mesa da Câmara de modo que onde se lê “28/10”, leia-se “30/10”

SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA

SALDO DE SALÁRIO E 13º SALÁRIO - PAGAMENTO

Proc. nº 394/15

À vista das informações constantes dos autos, especialmente do Parecer ADM nº 079/2020, que adoto como razão de decidir, INDEFIRO o requerimento de pagamento do saldo de salários formulado por Amália Aparecida da Silva (fls. 28), uma vez que a pretensão está prescrita.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

CERTIDÃO

Jesse James Correa do Prado - TID 19047140

Rodrigo Sanchez Felix – TID 19056324

Deferido. Providenciada a certidão solicitada ficando à disposição da interessada em SGA-15, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

CERTIDÃO – IPREM

Edenilson Neves dos Santos – Proc. 175/2020

Pedro Gomes do Nascimento Filho – Proc. 159/2020

Deferido. Providenciadas as certidões requeridas. Interessados, favor aguardar contato do IPREM que agendará a entrega das respectivas certidões, na Av. Zaki Narchi, 536 – Carandiru – Setor de Controle de Contribuição – térreo.

CÓPIAS XEROGRÁFICAS

Natalia Cardoso Ferreira – TID 19067263

Deferido. Providenciada a declaração solicitada ficando à disposição da interessada em SGA-15, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Klede Brasil da Silva – TID 19052785

Matilde da Silva Camargo – TID 19060227

Pedro Gomes do Nascimento Filho – Proc. 159/2020

Deferido. Providenciada a declaração solicitada ficando à disposição dos interessados em SGA-15, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP-2

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

293ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2020, ÀS 15 HORAS.

I - PARTE - EXPEDIENTE

Apresentação de indicações e requerimentos; leitura de correspondência apresentada e de projetos; apresentação, discussão e votação de moções e requerimentos de audiência do Plenário.

PEQUENO EXPEDIENTE:

1º ORADOR(A): VEREADOR GILSON BARRETO (PSDB)

GRANDE EXPEDIENTE:

1º ORADOR(A): VEREADOR SENIVAL MOURA (PT)

II - PARTE - ORDEM DO DIA:

Ficam mantidos os itens da Pauta da 290ª Sessão Ordinária publicada no D.O.C. de 20 de outubro de 2020, e disponível no Portal da Câmara Municipal de São Paulo (www.saopaulo.sp.leg.br), conforme § 6º do art. 11 da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública).

287ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2020, APÓS A SESSÃO ORDINÁRIA.

Ordem do dia:

1 - PL 583 /2020, DO EXECUTIVO

Denomina os Centros Educacionais Unificados – CEUS que especifica (com o intuito de homenagear personalidades negras de relevância nacional).

FASE DA DISCUSSÃO: 2º (DISCUTIDO POR 01H03MIN55S)

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

288ª A 290ª SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DA 17ª LEGISLATURA, A SEREM REALIZADAS EM 27 DE OUTUBRO DE 2020, APÓS A 287ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

Ordem do dia:

Ficam mantidos os itens remanescentes das sessões extraordinárias anteriores.

AGENDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DIA 27 DE OUTUBRO DE 2020 – TERÇA-FEIRA

10:00 - 19:00
Exposição “Universo Cerâmico”
Saguão de Entrada José Mentor
Presidência da Câmara Municipal de São Paulo
10:00 - 16:30
Escola do Parlamento
III Congresso Internacional de Contas Públicas
Auditório Virtual
Escola do Parlamento
11:00 - 13:00
Reunião Ordinária Semipresencial da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Concessionárias
Auditório Prestes Maia - 1º Andar
Xexêu Tripoli - PSDB
13:00 - 15:00
Reunião Ordinária Semipresencial da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência Contra a Mulher
Plenário 1º de Maio - 1º Andar
Sandra Tadeu - DEM
14:00 - 15:00
Reunião com o Colégio de Líderes
Sala Tiradentes - 8º Andar
Secretaria Geral Parlamentar - SGP
14:00
Reunião Ordinária Virtual do Comitê Emergencial de Crise da Educação de 2020
- Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes
Auditório Virtual
Eliseu Gabriel - PSB
19:00 - 22:00
Sessão Solene em Comemoração ao Dia Mundial do Judô
Salão Nobre - 8º Andar
Caio Miranda - DEM

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: Conselheiro João Antônio

GABINETE DO PRESIDENTE

PORTARIA EXPEDIDA PELO PRESIDENTE

Port. 449/2020 - Promovendo o enquadramento de Adriano Gonçalves Zambon, reg. TC 20.309, no cargo de Agente de Fiscalização, nível 2, vencimento básico QTC-18, nos termos da Lei 13.877/2004, a partir de 18.9.2020.

PORTARIAS DA SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA

PORTARIAS EXPEDIDAS PELO SUBSECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

Port. 444/2020 - Designando Edneide Amerina de Sá Carvalho, reg. func. 508.537, para substituir Bárbara Nogueira Martins

no cargo de Assessor de Gabinete I, vencimento básico QTC-05, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, alterado pela Lei 14.916/2009, por motivo de férias, a partir de 15.10.2020.

Port. 445/2020 - Designando Jônatas Junqueira de Mello, reg. TC 1.541, para substituir Clélia Rodrigues Martho Gonçalves no cargo Assessor de Gabinete I, vencimento básico QTC-05, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, a partir de 19.10.2020.

Port. 446/2020 - Designando Luis Fernando Pereira de Carvalho Silva, reg. TC 1.585, para substituir Jônatas Junqueira de Mello no cargo de Assessor de Secretaria II, vencimento básico QTC-03, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, por estar substituindo em outro cargo, a partir de 19.10.2020.

Port. 447/2020 - Designano Luis Irineu de Carvalho Silva, reg. TC 1.286, para substituir Luis Fernando Pereira de Carvalho Silva no cargo de Assessor de Gabinete II, vencimento básico QTC-02, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, por estar substituindo em outro cargo, a partir de 19.10.2020.

Port. 448/2020 - Designando Cristiane Simões Gonçalves, reg. TC 775, para substituir Ricardo Cabral Catita no cargo de Assessor de Gabinete I, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, sendo-lhe atribuída a FG-5, constante do Anexo IV, Tabela “B”, da referida lei, por motivo de férias, a partir de 19.10.2020.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

DESACHO DO PRESIDENTE

TC 17371/2019 - DESPACHO: “À vista dos elementos de instrução carreados aos autos e das manifestações dos órgãos técnicos, da Assessoria Jurídica de Controle Externo, da Subsecretaria Administrativa e da Secretaria Geral, que acolho como razões de decidir: APOSENTO a servidora ROSA RIVERA VAZQUEZ, registro TC nº 586, Auxiliar Técnico de Fiscalização, vencimento básico QTC-16, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, com proventos integrais, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e com a paridade prevista em seu parágrafo único. Os proventos serão os apontados à peça 39, acrescidos do valor relativo ao tempo decorrido entre o cálculo efetivado e a data da publicação deste despacho, relativamente à Gratificação de Incentivo à Especialização e Produtividade – GIEP e seu reflexo na sexta parte. Expeça-se o competente título.”

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Licença(s) médica(s) concedida(s) ao(s) servidor(es), de acordo com a Portaria Nº507/SGP-G/2004 e Comunicado Nº001 DESAT-DRH/2005:

REGTC	NOME	DURAÇÃO	A PARTIR
1593	RITA SALETE P. DE CARVALHO VALLE	14	24.10.2020

PAUTA

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DOC DE 24/10/2020, PÁG. 103, COLUMNA 3.

DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA NÃO PRESENCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO ART.153-A DO REGIMENTO INTERNO DO TCMSP, CUJA ABERTURA ESTÁ DESIGNADA PARA O DIA 03/11/2020 E O ENCERRAMENTO PREVISTO PARA 15 DIAS CORRIDOS (18/11/2020). APLICAM-SE, NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES DA RESOLUÇÃO N.º 07/2019 E DA INSTRUÇÃO N.º 01/2019.

PROCESSOS DO PLENO

I - CONSELHEIRO PRESIDENTE JOÃO ANTONIO, na qualidade de Relator.

A) REVISOR CONSELHEIRO CORREGEDOR EDSON SIMÕES

Para excluir o item 18 por ter sido com incorreções, ficando os demais processos numerados.

DESPACHOS DO EXMO. SR. CONSELHEIRO/INTIMAÇÃO

INTIMAÇÃO 1243/2020

Intimado: Portinari Peças e Serviços Ltda. CNPJ: 01.169.098/0001-78

Processo TC nº 012670/2017

Assunto: Análise – Pregão Eletrônico 26/2011 – Contrato 114/2017 – Processo externo 429/2011.

Prezados Senhores

Em cumprimento ao despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Edson Simões, com fundamento no artigo 35, XI e §1º do Regimento Interno, e no artigo 7º, par. único, II do Regulamento Interno da Secretaria Geral deste Tribunal, encaminho a documentação supracitada para conhecimento e manifestação em face do ali apontado, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da publicação desta, nos termos regimentais.

Os autos permanecerão à disposição para vista e extração de cópias na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo deste Tribunal. (a)Roseli de Moraes Chaves – Subsecretária-Geral.

DESPACHO DO EXMO. SR. CONSELHEIRO EDSON SIMÕES

TC nº 12.487/2020

Assunto: Acompanhamento – Edital do Pregão Eletrônico 023/20 – SEI 7210.2020/0000367- 0.

Destinatários: Exmos. Srs. Rodrigo Kluska Rosa-São Paulo Turismo S.A., Paulo Rogerio de Almeida-São Paulo Turismo S.A./ Comissão Permanente de Licitações, Rubens Naman Rizek Junior-Secretaria do Governo Municipal, Miguel Calderaro Giacomini-Secretaria Municipal de Turismo e João Manoel Scudeler de Barros-Controladoria Geral do Município

À Unidade Técnica De Ofícios,

I - Em 22 de outubro p.p., a São Paulo Turismo foi cientificada da decisão deste Tribunal, determinando a imediata **suspensão do Pregão Eletrônico nº 23/20**, cujo objeto é a formação de preços para contratação de empresa para prestação de serviço de INTELIGÊNCIA OPERACIONAL para eventos, no valor estimado de R\$ 18.462.400,00 (dezoito milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos reais), com data de abertura prevista para 23 de outubro.

II – No entanto, conforme apontado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle, no “**Comunicado de Suspensão, a SPTuris manteve a data limite para o acolhimento das Propostas Comerciais para o dia 23.10.2020**, informando que a abertura das propostas e a nova data para a disputa serão oportunamente comunicadas caso não haja alterações no Edital [e] **Tal fato, ..., contraria a Determinação exarada.” (DOC 23.10.2020 – p. 101).**

III – Ante o exposto, em caráter de urgência OFICIEM-SE a São Paulo Turismo S.A, na pessoa do seu Presidente, e o Pregoeiro para adotar as medidas necessárias quanto ao indevido ato de recebimento das propostas após a ciência da suspensão do referido certame e, **NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, envie a esta Corte de Contas documentação comprovando a retificação do ato e o CUMPRIMENTO INTEGRAL E IMEDIATO DA CITADA DETERMINAÇÃO DE SUSTAÇÃO, DATADA DE 22.10.2020.**

IV – Ato contínuo, para fins de conhecimento e eventuais providências, encaminhe cópia do Ofício expedido à SPTuris, do presente despacho e das manifestações da Subsecretaria de Fiscalização e Controle (peças 12 e 22) :

1 – ao Senhor Secretário do Governo Municipal;

2 – ao Senhor Secretário de Turismo;

3 – ao Senhor Controlador Geral do Município de São Paulo.

DESPACHO DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ROBERTO BRAGUIM

TC nº 13.027/2020

Assunto: Representação – Edital do Pregão Eletrônico 25/SMSUB/COGEL/2020 [relatório preliminar] – SEI 6012.2020/0025439-9.

Destinatários: Exmos. Srs. Alexandre Modonezi de Andrade-Secretaria Municipal das Subprefeituras, Nancy Salles-Secretaria Municipal das Subprefeituras/Coordenadoria Geral de Licitações e À Provac Terceirização de Mão de Obra Ltda. CNPJ: 50.400.407/0001-84, Advogada: Giovana Cristina Boroto – OAB/SP 372.453

À Unidade Técnica de Ofícios

PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA apresentou Representação contra o Pregão Eletrônico n. 025/SMSUB/COGEL/2020, lançado pela Secretaria Municipal das Subprefeituras, cujo objeto é a contratação de serviços comuns de engenharia de limpeza mecanizada e inspeção de galerias e demais sistemas de drenagem de águas pluviais, com a utilização de equipamentos combinados hidrojato no âmbito do Município de São Paulo - SP.

Contestou, em apertada síntese, sua inabilitação no curso da Licitação, que se deu em sede de recurso e com fundamento em: i) não ter apresentado Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT referente ao televisionamento de galerias exigido no item 11.5.2.2 do Edital e ii) não ter atendido às exigências de capacidade técnica-operacional, por não ter comprovado os quantitativos: a) de desidratado e descarte de resíduos e b) de inspeção de galerias (item 11.5.6.c). Outrossim, afirmou que o Edital trouxe exigência restritiva ao estabelecer a comprovação das quantidades dos serviços presentes no item 11.5.6 do Edital, em um período de 3 meses.

Destacou que apresentou suas contrarrazões ao Recurso, esclarecendo os fatos e demonstrando o excessivo e injustificado formalismo da Pasta, as quais não foram aceitas pela Comissão de Licitação.

Pleiteou ao final que seja deferida Medida Liminar, suspendendo o prosseguimento do Certame, bem como impedindo a sua homologação e adjudicação, determinando-se que sejam revistos os atos do processo licitatório com posterior julgamento pela procedência da Representação para sua habilitação ou, subsidiariamente, a anulação do Pregão.

Referida Representação, ingressada nesta Casa em 16/10/2020 (sexta-feira), refere-se a Certame ocorrido em 25/09/2020 e cujo Edital havia sido publicado no DOC de 11/09/2020.

Incontinentemente, determinei à SFC que se manifestasse sobre as supostas irregularidades apontadas, que concluiu pela parcial procedência das alegações contidas na Representação.

Diante das alegações da Representante e do relatório de SFC, analisando as questões postas, afasto, desde logo, a impugnação da Representante atinente à comprovação de experiência anterior por três meses, que restringiria o Certame, em primeiro lugar porque precluiu a oportunidade da Interessada em impugnar o Edital, ao qual aderiu e concordou, participando do procedimento licitatório por ele regulado, sem questionamentos até o momento em que foi inabilitada. Portanto, neste ponto, a Representante não buscou sua pretensão com a celeridade necessária e possível, estabelecida, inclusive, no próprio texto legal de regência. Em segundo lugar, relembro que a questão já foi decidida por este Colegiado, em casos análogos (por exemplo: TCs n.ºs 7.847/17, 7.415/17 e 4.381/18), razão pela qual entendo que pode ser dada como superada.

Passando adiante, três foram os fatos que levaram à inabilitação da Representante: i) não ter apresentado Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT referente ao televisionamento de galerias exigido no item 11.5.2.2 do Edital e ii) não ter comprovado os quantitativos exigidos de a) desidratado e descarte de resíduos (item 11.5.6.b) e de b) inspeção de galerias (item 11.5.6.c).

Nesse aspecto, a SFC considerou que a Pasta deveria ter se valido de diligência, conforme dispõe o §3º (**Nota 1**) do artigo 43 da LF 8.666/93, a fim de esclarecer os quantitativos mensais do serviço de televisionamento, assim como em relação à quantidade de material desidratado e descartado mencionados no atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Piracicaba. Contudo e apesar de válida e apropriada a recomendação (por exemplo: TCs n.ºs 7.847/17, 7.415/17 e 4.381/18), razão pela qual entendo que pode ser dada como superada.

Passando adiante, três foram os fatos que levaram à inabilitação da Representante: i) não ter apresentado Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT referente ao televisionamento de galerias exigido no item 11.5.2.2 do Edital e ii) não ter comprovado os quantitativos exigidos de a) desidratado e descarte de resíduos (item 11.5.6.b) e de b) inspeção de galerias (item 11.5.6.c).

Nesse aspecto, a SFC considerou que a Pasta deveria ter se valido de diligência, conforme dispõe o §3º (**Nota 1**) do artigo 43 da LF 8.666/93, a fim de esclarecer os quantitativos mensais do serviço de televisionamento, assim como em relação à quantidade de material desidratado e descartado mencionados no atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Piracicaba. Contudo e apesar de válida e apropriada a recomendação (por exemplo: TCs n.ºs 7.847/17, 7.415/17 e 4.381/18), razão pela qual entendo que pode ser dada como superada.

Passando adiante, três foram os fatos que levaram à inabilitação da Representante: i) não ter apresentado Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT referente ao televisionamento de galerias exigido no item 11.5.2.2 do Edital e ii) não ter comprovado os quantitativos exigidos de a) desidratado e descarte de resíduos (item 11.5.6.b) e de b) inspeção de galerias (item 11.5.6.c).

Nesse aspecto, a SFC considerou que a Pasta deveria ter se valido de diligência, conforme dispõe o §3º (**Nota 1**) do artigo 43 da LF 8.666/93, a fim de esclarecer os quantitativos mensais do serviço de televisionamento, assim como em relação à quantidade de material desidratado e descartado mencionados no atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Piracicaba. Contudo e apesar de válida e apropriada a recomendação (por exemplo: TCs n.ºs 7.847/17, 7.415/17 e 4.381/18), razão pela qual entendo que pode ser dada como superada.

Nesse aspecto, a SFC considerou que a Pasta deveria ter se valido de diligência, conforme dispõe o §3º (**Nota 1**) do artigo 43 da LF 8.666/93, a fim de esclarecer os quantitativos mensais do serviço de televisionamento, assim como em relação à quantidade de material desidratado e descartado mencionados no atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Piracicaba. Contudo e apesar de válida e apropriada a recomendação (por exemplo: TCs n.ºs 7.847/17, 7.415/17 e 4.381/18), razão pela qual entendo que pode ser dada como superada.

Nesse aspecto, a SFC considerou que a Pasta deveria ter se valido de diligência, conforme dispõe o §3º (**Nota 1**) do artigo 43 da LF 8.666/93, a fim de esclarecer os quantitativos mensais do serviço de televisionamento, assim como em relação à quantidade de material desidratado e descartado mencionados no atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Piracicaba. Contudo e apesar de válida e apropriada a recomendação (por exemplo: TCs n.ºs 7.847/17, 7.415/17 e 4.381/18), razão pela qual entendo que pode ser dada como superada.

Nesse aspecto, a SFC considerou que a Pasta